

PROCESSO AVALIATIVO EM LÍNGUA INGLESA: OBSERVAÇÕES A PARTIR DOS PCNS

Maria Aline de Jesus Rezende (UFS)

1 INTRODUÇÃO

A discussão acerca do ensino da Língua Inglesa é relativamente antiga, mas ainda está no auge. E, também, a formação do professor de língua estrangeira e de como o mesmo aplica seus métodos de ensino tem sido o centro dessa discussão.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a discussão acerca do ensino de língua estrangeira e, por consequência, o processo de aprendizagem do aluno. Desejamos que tanto professores quanto alunos sejam cidadãos, que tenham o hábito de ler, escrever, ouvir e falar na língua inglesa e que esse hábito adentre na vida do indivíduo sem o fardo da obrigação.

O presente trabalho se organiza em tópicos que expõem algumas ponderações sobre o ensino da Língua Inglesa, cujos conteúdos são os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1998) no processo de ensino-aprendizagem, a avaliação desse processo tanto por parte do professor como do aluno.

E, por fim, a escolha desse tema foi porque considero muito importante que a formação do aluno tenha a melhor qualidade possível, para tanto é necessário que o professor também tenha uma boa formação e que saiba qual é o método mais adequado a ser seguido em sala de aula, a depender das condições que lhe são oferecidas, o processo avaliativo ajuda ao docente a qualificar se determinado método é o mais indicado à turma e qual a abordagem mais adequada para determinado assunto.

2 O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA E OS PCNs

Apesar das conquistas tecnológicas em diversas áreas, não se conseguiu chegar ao avanço da propagação do ensino de qualidade. Para a mudança desse quadro é

preciso uma ação conjunta entre governo e instituições privadas, que tenha seu início na formação do professor e, conseqüentemente, do aluno.

Leis foram criadas para ajudar a questão da educação, como por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases Curriculares da Educação Nacional (LDB – lei 9.394/96), que para muitos redescobriu o valor da escola, do professor e da participação da sociedade no processo de escolarização. O docente é convocado a interagir com o discente e as relações sociais do mesmo, visto que aquele deve aproximar-se deste para que o processo educacional seja realizado de forma que o aluno não se sinta inibido por conta do meio em que vive.

Na visão Soares e Suassuna (1999), para que haja um processo educacional de melhor qualidade é necessário definir que “a docência supõe a competência para remeter o conhecimento à prática e ao conjunto das situações que enfrenta o profissional da educação no cotidiano escolar” (p. 18); como também, “o exercício do magistério pressupõe uma arrojada tarefa que não pode prescindir de estratégias interpretativas na análise da pertinência social e dos desdobramentos das escolhas que são processadas” (p. 21).

Os PCNs (BRASIL, 1998) foram criados para auxiliar o docente na elaboração dos seus planos de aula. Este não é obrigado a utilizá-lo, mas para os que fazem referências explícitas a eles, há maior chance de fazer mudanças no sentido de tornar a educação mais interdisciplinar e adaptada às experiências dos alunos.

Após anos de discussão sobre qual o melhor método a ser adotado pelo professor em sala de aula, chegou-se a conclusão de que não há um melhor método a ser aplicado, mas sim uma abordagem mais adequada à determinada turma para determinado assunto. Segundo os PCNs, “a questão método, tal qual a sala de aula, envolve um processo dinâmico cíclico, cheio de incertezas e sem fim, que reflete a articulação entre abordagem e interação em sala de aula” (p. 76). E essas abordagens são baseadas em princípios de natureza variada de interação em sala de aula cujos conceitos estão explicitados nos PCNs, essas naturezas são: sociointeracional, cognitiva, afetiva e pedagógica. (BRASIL, 1998, p. 76)

Soares e Suassuna (1999, p. 93) expõem sinoticamente o tema análise linguística assim:

1. Para ampliar a competência discursiva e linguística dos alunos, é preciso criar contextos efetivos de uso da linguagem.
2. O conhecimento gramatical, para fazer sentido, deve inicialmente, transformar-se em objeto de reflexão através da qual se constroem explicações para os fenômenos.
3. A análise linguística estimula o raciocínio através do desenvolvimento da capacidade de formular explicações para explicitar as regularidades dos dados que se observam a partir do conhecimento gramatical implícito.

Esses três tópicos explicitados acima demonstram que é função do docente procurar desenvolver no aluno a aptidão pela compreensão de textos sejam eles escritos ou orais, sejam eles da disciplina língua materna, estrangeira ou qualquer outra disciplina da grade escolar ou do contexto social dele.

Para tanto a prática de leitura em língua estrangeira é muito importante, pois é com ela que o aluno vai verificar os diversos modos de ver o mundo e aprofundar suas reflexões. A leitura desenvolve no aluno a capacidade de dar sentidos ao que lê, em determinado contexto. Mas, apenas a leitura não se basta, é preciso, também, que haja interação entre a leitura e a produção textual, pois é com esta que o aluno irá exprimir sua opinião sobre determinado assunto.

A expressão da opinião não se dá apenas na forma escrita, ela também deve se dar na forma oral, pois

[...] a produção de textos orais e escritos igualmente acarreta o uso de conhecimento de mundo (refletido naquilo sobre o que se fala ou escreve), da organização da informação em tipos de texto (alguns sendo típicos da fala por exemplo, uma entrevista e outros da escrita por exemplo, um ensaio acadêmico) e de elementos sistêmicos (alguns também sendo mais recorrentes na fala por exemplo, contrações e outros na escrita por exemplo, termos técnicos). (BRASIL, 1998, p. 97)

3 O PROCESSO AVALIATIVO

Atualmente, em decorrência das mudanças provocadas pelos estudos sobre a linguagem há também uma necessidade de rever a concepção que se tem sobre a avaliação, recurso imprescindível para acompanhar não só o desempenho do aluno como também a prática do professor.

Assim, consideramos a necessidade de avaliar melhor se os alunos conseguem agir linguisticamente, ou seja, se eles estão ampliando as capacidades de compreender e de produzir textos tanto escritos quanto orais. Segundo Geraldi (2002) “agora, a avaliação está se aproximando de outro sentido: aquele que apontamos em relação ao uso que efetivamente, fora da escola, se faz da modalidade escrita.” (p. 129)

Nesse sentido, precisamos delimitar, em cada nível de ensino, as expectativas de aprendizagem, pois delas dependem tanto nossos critérios de avaliação quanto nosso nível de exigência. Mas é fundamental, também, reconhecermos que são as condições de produção ou as condições de leitura/escuta de um texto que devem guiar nossa avaliação. Ou seja, por um lado, precisamos considerar as finalidades que guiaram à atividade do aluno; por outro lado, precisamos considerar o nível de conhecimento de que ele dispõe naquele momento, ou até, o que foi disponibilizado naquele período escolar. Não é justo cobrarmos que os alunos saibam "realizar atividades" ou "explicitar conceitos" que não foram ensinados.

No processo avaliativo, os PCNs afirmam que

[...] o professor deve aconselhar, coordenar, dirigir, liderar, encorajar, animar, estimular, partilhar, aceitar, escutar, respeitar e compreender o aluno. Deve colocar-se em seu lugar para que a outra língua não se lhe apresente como ‘estrangeira’, isto é, estranha a ele, mas sim como a língua de outras pessoas, que ele, pouco a pouco, vai aprendendo a apreciar e à qual, cada vez mais ele vai aprendendo a dar sentido. Se isso é importante para o ensino é também particularmente importante para a avaliação de Língua Estrangeira, como ela é aqui entendida. (BRASIL, 1998, p. 82-83)

A avaliação não é um mero complemento do processo, ela é parte integrante e permanente da nossa ação pedagógica diária e precisa ser pensada como instrumento de redimensionamento dessa prática.

Ensinar torna-se, então, um processo dinâmico no qual há reações, ao fluir da interação, entre professor e aluno, entre aluno e aluno e entre aluno e conteúdos. É um processo interativo e negociável, essencial, tanto para o processo de aprendizagem quanto para balizar o desenvolvimento de programas e currículos. Nessa perspectiva, as decisões a serem tomadas a respeito de conteúdo, métodos e objetivos necessitam de informações que vêm da avaliação, que deve ser, portanto, contínua e sistemática, oferecendo uma interpretação qualitativa do conhecimento construído. (BRASIL, 1998, p. 79)

No ensino de Língua Inglesa, muitos professores, em alguns casos, passam muito tempo avaliando conteúdos fragmentados e descontextualizados. Avaliávamos e ainda avaliamos, em muitos casos, se os alunos sabem definir, classificar, aplicar regras gramaticais. Hoje, em decorrência das mudanças provocadas pelos estudos sobre a linguagem, observamos a necessidade de avaliar melhor se os alunos conseguem agir linguisticamente, ou seja, se eles estão ampliando as capacidades de compreender e de produzir textos orais e escritos, dentre outros objetivos menos centrais.

Para avaliar, por exemplo, a capacidade de produzir textos, precisamos decidir, dentre muitos aspectos, os que naquele momento queremos investigar, seja porque foi tema de reflexão naquele período, seja porque são capacidades já construídas nos anos anteriores ou, ainda, porque queremos avaliar os conhecimentos prévios para planejar o processo pedagógico. No entanto, não podemos realizar a avaliação dessas capacidades mais específicas sem considerar a situação em que tal texto foi gerado.

Tendo em vista a necessidade de interação entre o indivíduo e a língua, os testes de itens isolados não demonstram realmente se o aluno apreendeu o uso da língua inglesa, atrelado a esse tipo de teste, temos o teste de desempenho que leva “o aluno a interagir e agir na língua, sendo testado na sua capacidade de produção da língua, não somente no seu reconhecimento das estruturas gramaticais e do léxico”. (FORTES & ZILLES, 2009, p. 224)

É importante que a avaliação realmente seja encarada como um instrumento para redimensionamento de nossa prática pedagógica. Diagnosticando as dificuldades e os avanços dos alunos, podemos melhorar a nossa prática em sala de aula. Assim, é preciso reconhecer que avaliamos em diferentes momentos, com diferentes finalidades.

“Uma avaliação consistente, em diálogo com a aprendizagem e o ensino, deve ser um processo contínuo” (DONNINI, PLATERO & WEIGEL, 2010, p. 80). Avaliamos para identificar os conhecimentos prévios dos alunos e trabalhar a partir deles; avaliamos para conhecer as dificuldades dos alunos e, assim, planejar atividades adequadas para ajudá-los a superá-las; avaliamos para verificar se eles aprenderam o que nós já ensinamos e, assim, decidir se precisamos retomar os conceitos trabalhados naquele momento; avaliamos para verificar se os alunos estão em condições de progredir para um nível escolar mais avançado; avaliamos para verificar se nossas estratégias de ensino estão dando certo ou se precisamos modificá-las.

[...] uma avaliação formativa interativa há procedimentos constantes e personalizados envolvendo professor e alunos, a partir de critérios não apenas normativos, mas principalmente pessoais, que irão envolver, da parte do professor, uma reflexão sobre si mesmo (sua auto-avaliação) e sobre os alunos, e, da parte dos alunos, uma auto-avaliação e uma avaliação do professor. A participação dos alunos no processo avaliativo é fundamental para que fique garantida a interação e a pluralidade de visões. (BRASIL, 1998, p. 80)

Os instrumentos usados para o processo avaliativo devem ser os mais variados possíveis, tanto provas escritas e orais como o comportamento e a produtividade do aluno em sala de aula. “Seja qual for o instrumento adotado, há, na avaliação, duas qualidades essenciais a serem mantidas como norte: a validade, ou seja, a coerência entre os objetivos e os procedimentos adotados, e a confiabilidade, ou a consistência da caracterização resultante da avaliação realizada.” (DONNINI, PLATERO & WEIGEL, 2010, p. 85)

Em suma, a avaliação não é um mero complemento do processo, ela é parte integrante e permanente da nossa ação pedagógica diária e precisa ser pensada como instrumento de redimensionamento dessa prática. “O critério principal para a avaliação de qualquer das habilidades é que ela não se dê em situação diferente da situação de ensino” (BRASIL, 1998, p. 85), a avaliação deve ser gerada de acordo com o contexto de ensino-aprendizagem em sala de aula, validando, assim, a prática pedagógica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a relevância dos PCNs no ensino da Língua Inglesa e em seu processo avaliativo. O método de ensino pode ser avaliado tanto pelo docente quanto pelo discente, pois é através da avaliação que pode surgir a necessidade de redimensionar a prática pedagógica do professor, e com isso, facilitar o processo ensino-aprendizagem da língua estrangeira.

A utilização dos PCNs nos planos de aula aumenta a possibilidade de fazer mudanças no sentido de tornar a educação mais interdisciplinar e adaptada às experiências dos alunos, o que torna o processo de aprendizagem mais dinâmico e prazeroso para o mesmo.

A prática docente flexível, dinâmica e cíclica, juntamente aos PCNs tem a função contribuir para o redimensionamento no ensino da Língua Inglesa. E para que o processo educacional seja realizado de forma que o aluno não se sinta obrigado a aprender a língua inglesa, mas que tenha prazer na aquisição da mesma.

Desse modo, acredita-se que a reflexão no ensino da Língua Inglesa seja o modo mais eficiente para a mudança na prática em sala de aula, e com essa reformulação o ensino da língua estrangeira deixa de ser um fardo tanto para o professor quanto para o aluno e passa a ser algo que faz parte da rotina diária deles.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DONNINI, Livia; PLATERO, Luciana; WEIGEL, Adriana. **Ensino de língua inglesa**. São Paulo: cengage Learning, 2010.

GERALDI, João Wanderley. Escrita, uso da escrita e avaliação. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2002.

FORTES, Melissa Santos; ZILLES, Ana Maria Stahl. Avaliação: uma reflexão. In: LIMA, Diógenes Cândido (Org.) **Ensino Aprendizagem de língua inglesa: conversa com especialistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, E. de A. L.; SUASSUNA, L. **Formação do educador, avaliação & currículo**. MARCUSCHI, Elizabeth (Org.). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.